



Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado VALDIR ROSSONI
PDT Deputado WALMOR TRENTINI
PTB Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL Deputado ELIO RUSCH
PSDB Deputado CESAR SILVESTRI
PT Deputado PERICLES H. MELLO
PPB Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albaror Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1997**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademmar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Partido dos Trabalhadores vem através deste indicar seus representantes, para compor a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

os Deputados Péricles de H. Mello e Ângelo Vanhoni, como membro titular e suplente, respectivamente.

Sem mais para o momento, agradecemos.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) PÉRICLES MELLO

Líder do PT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1834

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, realização de Sessão Solene para entrega da Comenda Natura e Ciência, no dia 15/08/97, às 15 horas.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserida em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, manifestação contrária ao Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara Federal nº 1.164/91, cujos arts. 66 e 67 discriminam em potencial as igrejas e a liberdade religiosa.

Outrossim, requer o envio ao Congresso Nacional da decisão do Plenário, encarecendo aos congressistas uma melhor análise a essa matéria, de grande repercussão para a nossa sociedade.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

Apoio: Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

O Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara Federal nº 1.164/91, cita nos seguintes artigos:

Art. 66 - Produzir sons, ruídos ou vibrações em desacordo com as prescrições legais ou regulamentares, ou desrespeitando as normas sobre a emis-

são e imissão de ruídos e vibrações resultantes de quaisquer atividades.

Pena: detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 67 - Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: detenção de um a três anos, e multa.

Os artigos acima descritos, discriminam em potencial as igrejas e a liberdade religiosa, pois dentro das igrejas é natural que haja cânticos individuais, grupos e corais, bem como mensagens do preletor direto ao público através de sistemas de som.

É bom para todas as pessoas receberem a mensagem das escrituras sagradas, respeitando o direito à crença e o direito ao culto.

Os referidos artigos carecem de maiores detalhamentos, pois da maneira como estão, podem trazer prejuízos irreparáveis para todas as instituições religiosas do país.

REQUERIMENTO Nº 1824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de congratulações ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, pelos 143 anos de fundação da corporação.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Na passagem das comemorações em todo o Estado pelos 143 anos de criação da nossa Polícia Militar do Estado do Paraná - PM/PR, este ano e este momento especial, quando vários Estados tiveram sérios problemas com suas corporações de PMs e o País assistiu preocupado, movimentos que chagaram próximo da anarquia e que chocaram pela desobediência à hierarquia, pilar de uma força militar, a nossa corporação elevou-se ainda mais. A Polícia Militar do Paraná destacou-se neste quadro pelo bom comportamento de sua tropa, pela obediência às regras e ao código que norteiam as atividades dos policiais militares. Atuando em vários segmentos, garantindo a segurança da população paranaense, nas ruas das cidades, na zona rural, nas rodovias, nas florestas, nas escolas e no combate aos incêndios, entre outras atividades

da valente corporação, a PM/PR, que serve de modelo para as demais no País, reforça a cada dia desde sua criação há 143 anos, o respeito e a admiração que a sociedade cultiva por esta instituição, que é de todos os paranaenses e que, do soldado ao Comandante geral, prima pela eficiência num trabalho diuturno. A todos estes homens e mulheres que fazem de suas vidas uma constante convivência com o perigo para proteger a vida e o patrimônio dos outros, nossa homenagem, aproveitando este momento de festa, com a singeleza deste voto de congratulações, extensivo à toda a corporação.

REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado votos de congratulações à MINEROPAR, pela comemoração dos 20 anos de atividades neste Estado, atendendo a comunidade paranaense.

Requer ainda, sejam cumprimentados diretores e funcionários, na pessoa do seu Diretor Presidente, Osmar Akel, pelo brilhante desempenho de suas funções durante os 20 anos de existência do órgão.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos à C.C.V. - Comercial Curitiba de Veículos S/A, na pessoa do seu Diretor Presidente Pedro Segundo Seleme, extensivo a todos os funcionários e demais representantes comerciais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A C.C.V. - Comercial Curitiba de Veículos S/A, empresa líder na comercialização dos veículos da marca Chevrolet, para a Capital de Curitiba, vem desenvolvendo com muito êxito o pioneirismo e liderança, dirigida brilhantemente pelo seu Diretor Presidente, Sr. Pedro Segundo Seleme, elevando sempre ao mais alto índice de aceitação no mercado automobilístico, levando a empresa a conquistar os mais cobizados troféus e prêmios, como:

- Top de Marketing 97, promovido pela ADUB - PR.
- Top Comercial, promovido pela Associação Comercial do Paraná.
- Melhor Concessionária do Brasil, promovido pela FENABRAVE.

REQUERIMENTO Nº 1823

Senhor Presidente.

A Associação de Mulheres de Negócios de Foz do Iguaçu é entidade que representa essa categoria de mulheres que vêm em muito colaborando para o progresso econômico daquela municipalidade.

A Sra. Gelsi Kother Rucker, que acaba de concluir sua gestão, teve um desempenho digno e eficiente à frente da entidade, fazendo da Associação um órgão atuante na defesa dos interesses de suas associadas.

Motivos esses que a credenciam a merecer essa manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná.

Obs.: endereço - av. Jorge Schimelpfeng, 693 - 85851-110 - Centro.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1831

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso a Juciara Custódio Guimarães Rodrigues, que na noite da próxima sexta-feira, 15/08/97, receberá, no Rio de Janeiro, o Prêmio Jabuti, como autora revelação de livro infantil ou juvenil. Juciara é curitibana, com formação superior em Filosofia, Ciências e Letras pela Faculdade Tuiuti, com especialização pós-graduada em Educação Pré-Escolar - "Lato Sensu" pela PUC-PR. Nossa escritora é a única paranaense a ser homenageada pela Câmara Brasileira do Livro e, nessa categoria, é a única a receber o prêmio. O livro premiado, intitulado "Difícil Decisão", é dirigido ao público jovem, pré-adolescente e adolescente que, numa linguagem própria deles, propõe troca de experiências e auxilia na passagem dessa fase conflitante da vida de todos os jovens. O Prêmio Jabuti, concedido anualmente pela Câmara Brasileira do Livro, é o mais tradicional prêmio literário brasileiro. É o Oscar Nacional. Ele foi concebido por Edgard Cavalheiro em 1958, quando este era presidente da CBL. Mas foi seu sucessor, Diaulas Rideel, que em 1959 criava a estatueta Jabuti, como prêmio, através de um

concurso entre escultores. No folclore brasileiro, o jabuti é um animal que se distingue pela paciência e tenacidade com que vence os desafios. Por isso, foi escolhido para simbolizar a atividade de nossos escritores, editores, livreiros e gráficos. O primeiro ganhador do Jabuti na categoria Romance, foi Jorge Amado, com "Gabriela Cravo e Canela", em 1959. Desde então, muitos renomados escritores e intelectuais brasileiros receberam o prêmio. Podemos destacar, Rachel de Queiroz, Marina Colasanti, Chico Buarque, Caco Barcellos, Gilberto Dimenstein, Isaías Pessoti e outros. A cerimônia de entrega do Prêmio acontece anualmente nas Bienais Internacionais do Livro, ora em São Paulo, ora no Rio de Janeiro. São ao todo 16 categorias, desde romance, até literatura infantil e juvenil, passando por produção gráfica, capa, tradução e ilustração. A Juciara, os melhores cumprimentos desta Casa, que se torna instrumento da comunidade e manifesta todo o júbilo pela efeméride.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio do expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a destinação de uma patrulha rodoviária para socorrer o Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Laranjeiras do Sul, em que pese ter cedido área para a criação de outros quatro municípios, ainda assim ficou com um território enorme e de topografia fortemente acidentada. Grande parcela da população vive na zona rural, sobrevivendo teimosamente da agricultura.

Ocorre que, como o índice pluviométrico registrado nas últimas semanas, está bem acima do que o normal, as estradas ficaram em estado precário. A Prefeitura não tem por conta própria, condições de recuperar o sistema viário, dado a situação do parque de máquinas e somando-se a isso a gravidade do problema. Urge uma ação do Governo do Estado do Paraná, para ajudar a diminuir os transtornos que dificultam ainda mais a vida do sofrido homem do campo.

As regiões mais afetadas do Município de Laranjeiras do Sul é a área

que compreende o Rio do Tigre e o Distrito de Passo Liso. Tratam-se de localidades com grande extensão territorial e de difícil acesso. Uma patrulha maquinizada do Governo do Estado ajudará em muito amenizar a dramática situação.

REQUERIMENTO Nº 1822

Senhor Presidente.

A criação do curso de Engenharia Elétrica, prevista no processo de reconhecimento da UNIOESTE, é de grande importância para o desenvolvimento da região Oeste do Paraná, uma das maiores produtoras de energia elétrica do país e do mundo. O projeto de criação do curso, já aprovado pelo Conselho Universitário, conta com estudos elaborados por engenheiros da Itaipu Binacional, COPEL, Furnas, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Foz do Iguaçu.

O projeto, que conta também com moção de apoio aprovada por comissão da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, encontra-se no momento na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, responsável pela viabilização dos trâmites legais para sua aprovação. Para que o curso comece a funcionar já no início de 1998, a referida secretaria precisa enviá-lo com urgência para apreciação do Conselho Estadual de Educação (CEE). Para que o primeiro concurso vestibular seja viabilizado, o projeto precisa ser aprovado pelo CEE até o próximo mês de setembro.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1825

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores da Av. Santos Dumont - Campo Pequeno, os quais solicitam a extensão da rede de energia elétrica para fins de iluminação pública no local. Já existem alguns postes, porém insuficientes. Muitos desses postes não têm lâmpadas, tornando o local muito escuro. Já fizemos tal pedido para a COPEL, e recebemos a resposta, a qual segue anexa, de que o mesmo é de competência da Prefeitura Municipal de Colombo.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1826

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Cleusa Ferreira dos Santos, residente à Rua A, nº 52 - Vila Marta / Tanguá, a qual, em nome dos moradores, solicita abertura de valetas nessa rua, uma vez que o esgoto corre a céu aberto e o mau cheiro é insuportável. O risco de contração de doenças é muito grande e necessita de providências urgentes. Os moradores querem colocar manilhas nas valetas, a fim de sanar esse problema, que vem prejudicando a todos. O atendimento do presente será de grande valia para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1827

Senhor Presidente.

Tomamos a liberdade de vir à presença de V.Sa., no sentido de solicitar especial atenção ao pedido da Sra. Maurina dos Santos de Jesus, residente à Rua 4, Casa 91 - Jardim Musacal - Município de Almirante Tamandaré, a qual solicita implantação de rede de distribuição de água e rede coletora de esgoto nessa rua.

Se necessário informações complementares, as mesmas podem ser obtidas pelo telefone 338-2312, com Elizabete.

Na certeza de que o presente será prontamente atendido, desde já antecipamos agradecimentos.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Maurina dos Santos de Jesus, moradora da Rua 4, Casa 91 - Jardim Musacal, Município de Almirante Tamandaré, a qual solicita a implantação do serviço de entrega de correspondências domiciliares nessa rua. Afirma-nos que essa rua é legalizada, porém os moradores ainda não dispõem do serviço solicitado. Informações complementares podem ser obtidas pelo telefone 338-2312, com Elizabete.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Maurina dos Santos de Jesus, moradora da Rua 4, Casa 91 - Jardim Musacal, a qual, em nome dos moradores, solicita reparos nessa rua, uma vez que se encontra completamente abandonada. Solicita ainda que seja implantado o serviço de coleta de lixo, bem como iluminação pública nessa rua. Toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1830

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de providenciar reparos na Rodovia do Xisto - km 89 - Município da Lapa, nas proximidades do Armazém do Lolinho, em frente ao Posto de Serviço 22, na Vila do Príncipe. Neste local o acostamento está danificado, facilitando a ocorrência de acidentes. O fluxo de pessoas é muito grande, devido a existência de comércio, escola e ponto de ônibus, motivo pelo qual os reparos necessitam ser providenciados urgentemente.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 374/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o "Pólo Agro-industrial do Noroeste", liderado pelo Município de Paranavaí, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a agro-indústria da Região Noroeste do Estado do Paraná:

Art. 2º - O Poder Executivo adotará mecanismos para a criação deste pólo através de programas de governo e inclusões orçamentárias futuras, devendo ainda gerar fomentos e incentivos para o desenvolvimento daquela Região do Estado do Paraná;

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em breve lembrança histórica, o Município de Paranavaí, já demonstrava na década de 30, o espírito empreendedor de seus primeiros colonizadores, externando a sua vocação como região agrícola - e mais tarde como município, quando na Fazenda Brasileira foram plantados mais de um milhão de pés de café.

A necessidade de se implementar uma verdadeira melhoria de qualidade e de aumento de produtividade em todas as regiões de nosso Estado, ficou mais evidente com a implantação do MERCOSUL, diante do qual o Paraná ocupa posição geográfica estratégica.

O Pólo Agro-industrial de Paranavaí fortalecerá a base produtiva da região que hoje é formada de fruticultores de várias espécies, tem pecuária desenvolvida com produção significativa de carne, couro e recentemente abrigou a instalação da indústria de laticínios, onde são embalados diariamente milhares de litros de leite do tipo "longa vida". É um município onde a mandiocultura é expressiva, com área atual de plantio de mais de 30.000 hectares, além de estar renovando seu plantio de café, antiga vocação paranaense com aproximadamente 20.000.000 (vinte milhões) de mudas.

Com certeza, a Região Noroeste que é hoje basicamente agrícola, terá desta forma a possibilidade de participar de um desenvolvimento integrado com outras regiões e com acesso a novas tecnologias, pela instalação de novas indústrias, que favorecerão sobremaneira a oferta de empregos e a qualidade de vida.

O Município de Paranavaí, já demonstrou que reúne as condições necessárias para liderar este pólo, vez que o município vem despertando para a industrialização, onde despontam especialmente o segmento moveleiro e o confeccionista, além de sediar outras indústrias. Paranavaí, assim como outros municípios da região noroeste, reúnem requisitos fundamentais para proporcionar a melhoria da qualidade de mão-de-obra, e agregar a estes valores já instalados, os pequenos produtores, proporcionando a verdadeira integração

destes na economia globalizada que se anuncia.

Paranavaí então se destaca na região, em duas frentes - agricultura e indústria - onde o fomento do governo estadual e os investimentos são fundamentais para o aproveitamento dos recursos que dispõe.

A Região Noroeste, e principalmente Paranavaí, possui mais do que condições favoráveis para abrigar tal pólo, porque possui sua gente trabalhadora que confia no futuro e que guarda esperanças, que é o primeiro passo para transformar idéias em riquezas.

Assim sendo, a preparação que o novo mercado globalizado exige, nos leva a propor projetos de relevância que produzam o real desenvolvimento de todas as regiões e, em especial da Região Noroeste, pelo qual solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 375/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibido, em todo o território do Estado do Paraná, o aluguel pelas vídeo-locadoras, de filmes pornográficos para menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 2º - Todas as vídeo locadoras deverão destinar uma sala especial para a exposição de filmes pornográficos, com a porta da sala permanecendo fechada, e só sendo permitida a entrada de maiores de 18 (dezoito) anos na mesma.

Parágrafo Único - Deverão as vídeo locadoras fixar na porta da sala destinada aos filmes pornográficos, o seguinte cartaz: "Filmes Pornográficos - proibida a entrada de menores de 18 anos".

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Nereu Moura, Luiz Claudio Romanelli, Geraldo Cartário, Orlando Pessuti e Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A proposta em tela visa a salvaguarda da família paranaense da violência praticada pela pornografia,

preservando-a dos atentados contra a moral e os bons costumes.

Entendemos que a proibição do aluguel de filmes pornográficos para menores de 18 anos e a destinação de uma sala especial para a exposição desse tipo de filme, poderá diminuir, em muito, o assédio indecoroso que os meios de comunicação fazem com os nossos jovens.

Não permitiremos mais que as nossas crianças sejam bombardeadas com a exposição de cenas de sexo explícito, como acontece atualmente em quase todas as vídeo-locadoras.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, por tratar-se de uma medida de caráter altamente preventivo, buscando, assim, o resgate dos valores morais da sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 376/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII, com sede e foro no Município de Pinhais - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII - situada à Rua Azaléia, nº 225, na Vila Rosi Galvão, em Pinhais, possui personalidade jurídica desde 23 de novembro de 1993 (Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Piraquara - Livro AO - fls. 27v) - doc. nº 1.

É inscrita no CGC/MF sob o nº 80589393/0001-50 (doc. nº 2) e já foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 064/94 de 22/04/94 (doc. nº 3).

Atuando conforme prevê seu Estatuto (doc. nº 4), a Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII, tem fins filantrópicos e não remunera a qualquer título seus diretores. Não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

Agindo no cumprimento de seus objetivos, a Associação de Moradores da Vila Rosi Galvão e Pio XII vem lutando pelos interesses comunitários, através do encaminhamento de ofícios com pedidos da comunidade à URBS, SANEPAR,

COPEL e vários departamentos da Prefeitura Municipal de Pinhais e junto a órgãos governamentais.

Na busca de desenvolvimento de programas beneficentes, culturais, desportivos, recreativos e de natureza social de um modo geral, a Associação, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Pinhais, tem promovido cursos de corte e costura, tricô e crochê, além de torneios desportivos.

Com relação à prestação de assistência social, a Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII, marca consultas médicas e busca remédios aos necessitados; encaminha menores de rua; faz doações de roupas, agasalhos, sapatos e cestas básicas a pessoas carentes.

Em anexo, relatório pormenorizado (doc. 5).

PROJETO DE LEI Nº 377/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, com sede e foro na Cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, que ora pretendemos seja declarado de Utilidade Pública, foi constituído no dia 4 de maio de 1966, e registrado no dia 07 de agosto de 1996, sob o nº 2103, livro "A/2", de pessoas jurídicas, Cartório de Registro de Títulos e Documentos, Sonie Maria Buscarons, Comarca de Rio Branco do Sul, inscrito no CGC/MF sob nº 01.378.151/0001-40, declarado de Utilidade Pública Municipal, pela Lei 446/97, de 25 de março de 1997, tendo por objetivo principal, desenvolver programas na área de segurança pública.

O Conselho, além dos objetivos já mencionados, também organiza e desenvolve programas na área social, sem nenhuma discriminação, atendendo o que dispõe seu estatuto e cooperando com órgãos públicos e entidades afins.

O Conselho, com vista ao cumprimento de suas finalidades e a manutenção de sua política e filosofia de ação, mantém entrosamento com organis-

mos públicos, instituições congêneres e comunidade em geral.

Sendo de conhecimento de todos, que não há justiça sem lei, portanto, o mínimo que poderíamos fazer para ajudar a entidade em epígrafe, seria propor a esta conceituada Casa de Leis, a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Horácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como disse o Deputado Alborghe-tti, ontem nos deu uma aula de "streap tease", e eu teria que adiantar a Vossa Excelência que não acredito que o Sr. Roberto Requião venha, por algum motivo, a fazer "streap tease". Ele é um homem educado, ele que sabe que com aquela forma física e com aquela idade - pela educação, "streap tease" de um homem nessas condições, terá que ser feita no escuro e escondidinho.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho aqui em mãos a cópia da CPI feita por esta Assembléia Legislativa, e que trata, Deputado Rossoni, dos bingos que funcionam no Estado do Paraná. Tenho também documentos que comprovam que estes bingos estão sonegando impostos ao Governo do Estado, ao povo do Paraná. Haja vista que temos gravações de prêmios corridos em diversos bingos - não só da Capital, como do interior, em que os prêmios são na ordem de 300, 400 reais, e os recibos assinados estão aqui, são de 100, 50, 30 reais. Estão sonegando primeiro ao Governo do Estado, estão enganando no caso, aqui, deste bingo na Rua Mateus Leme, a Federação de Vela e Motor, estão enganando o bingo, os proprietários do bingo estão enganando a Federação, a aqueles que são contratados para a exploração dessa maldita Lei Zico, estão sonegando o Imposto de Renda.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz um projeto de lei, além de contratarem cidadãos de fora, quando dos prêmios de maior valor, esses cidadãos trabalharemos nos computadores e serem premiados.

Isto é uma denúncia que o PL unido faz, do que está ocorrendo no Estado do Paraná, com a conivência, se não a conivência com a omissão da SERLOPAR. E a Assembléia Legislativa, na CPI que fez, não foi conclusiva, ela não atentou para isso, ela diz que

é uma legislação federal, ela diz que não pode interferir.

Mas, estou enviando ao Governo do Estado, a Presidência da Assembléia, e a outras autoridades da justiça, requerimentos em que pedimos atitudes do Governo do Estado, da Assembléia Legislativa e da justiça do Estado do Paraná, porque senão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos pagar o preço da omissão. E a Assembléia Legislativa, acredito, não tem interesse nenhum de pagar este preço por essa corrupção que graça no Estado do Paraná.

Deputado Alborghetti, Vossa Excelência, e Vossas Excelências, muito mais experientes do que nós novinhos Deputados, também têm que atentar para um detalhe. Todos os carros, todos os veículos que trafegam no Estado do Paraná, correm um risco de serem acidentados por veículos que vêm do estrangeiro, e ao entrarem nas fronteiras do Estado do Paraná, não apresentam seguro contra terceiros.

É o caso de caminhões que trazem a soja, ao Porto de Paranaguá. Esses ainda apresentam seguro. Mas qualquer um de Vossas Excelências, da família de Vossas excelências, que esteja trafegando no Estado do Paraná, e for acidentado por veículos vindos do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, e sofrer acidentes, não têm a quem recorrer, porque as nossas fronteiras aqui do Paraná estão como a Casa da Mãe Joana, entra quem quer e como quer.

Pedimos ao Sr. Presidente em exercício, do PMDB, que preside esta Sessão, que nos ajude, junto ao Deputado Anibal Khury, guru e Presidente desta Assembléia há vários e vários anos, que nos auxilie a formar, a fazer um regulamento obrigando as fronteiras do Paraná a exigirem aos carros de fora que aqui entram, seguros contra terceiros.

É o caso de uma família que na Vila Tingüi, sofreu um acidente, inclusive com morte, por um cidadão bêbado, com placa do Uruguai. O DETRAN deveria prender esse veículo e deveria tomar atitudes que dessem condições a quem anda no Estado do Paraná.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queríamos falar a respeito da estrada que liga Paranaguá a Curitiba, Curitiba a Paranaguá. É um risco de vida andar nessa estrada. Soubemos que agora foi vencedor dessa concorrência a Firma CR Almeida. E esperamos que nessa concorrência, venham se dar condições de segurança aos veículos que trafegam ao litoral do Estado do Paraná.

Sabemos que agora teremos temporada de praia, e sabemos dos riscos que correm os usuários dessa estrada. Não tem sinalização, até estou me propondo a fazer um sorteio para ver. Vou todo dia a Paranaguá para fazer um programa de rádio, para saber quantas vezes eu vou e consigo voltar vivo. Porque está uma barbaridade. Verificamos que tem um caminhão tapando os buracos na estrada Curitiba - Paranaguá. Estão trabalhando há 20 dias e chegaram já a São José dos Pinhais. Ainda falta toda a serra e a descida da serra.

Então é tragédia, o policiamento é federal, reconhecemos, não pode fazer absolutamente nada. É risco em cima de risco. E como disse o Deputado Alborghetti, a Assembléia continua trabalhando, votando utilidades públicas, trabalhando com as mensagens que chegam do Governo, mas o clamor da população, este é que precisa ser ouvido também aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos para o Grande Expediente.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos para o Horário das Lideranças.

(Todas as Lideranças declinam)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente suscitado pelo Sr. Deputado Péricles Mello, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para compor a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, apenas gostaria de comunicar à Casa, o falecimento do jovem empresário de nossa querida Irati, proprietário da Fiat Automóveis, jovem de 38 anos de idade, que mais uma vez, a BR-277, no trecho de Irati à Relógio, que muitos Parlamentares já conhecem, e vimos pleiteando melhoramentos. Em razão de um tremendo buraco na pista, um acidente brutal, e em razão disso, perdeu o controle do seu veículo, e pereceu ontem, às 19 horas. Morte instantânea, e seu irmão está muito ferido, no Hospital Regional de Irati.

Gostaria que Vossa Excelência registrasse no Anais da Casa, mais este trágico acidente na BR-277, e o passamento do empresário, e amanhã devo fazer um pronunciamento a respeito desse trecho e das mortes que tem causado a cidadãos do Estado do Paraná, e muito especialmente da região de Irati.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Está registrado, e a Mesa se associa ao voto de pesar proferido por Vossa Excelência, ao passamento do Sr. Jorge Rogal.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que cria o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a Informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino e das Entidades Filantrópicas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E CONTRÁRIO DA C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/96, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Terapia Familiar - APTF, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 139, de 17/09/96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 431/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, visa declarar de Utilidade Pública a

Associação Paranaense de Terapia Familiar, com sede e foro em Curitiba.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6994/78, que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Saturnino Hernando Gordo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 148, de 21/10/96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 467/96

P A R E C E R:

Relatório

O presente projeto de lei, que visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Saturnino Hernando Gordo, de autoria do ilustre Deputado Luiz Accorsi.

Fundamentação

A matéria se encontra em conformidade com a Lei nº 5638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de benemerência ou cidadania honorária paranaense.

Conclusão

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando este relator pela aprovação da proposição em tela, por ser esta legal, constitucional e plenamente meritória.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Jaguariaíva. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 140/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Jaguariaíva.

Parágrafo Único - Fica incluído o Município de Sengés na área de abrangência da CIRETRAN de Jaguariaíva.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Jaguariaíva.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Jaguariaíva.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) BETO RICHÁ

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Feminina de Assistência às Dependentes de Drogas e/ou Álcool, com sede e foro no Município de Jacarezinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 93, de 10/06/97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 270/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, visa declarar de Utilidade Pública a Comunidade Feminina de Assistência às Dependentes de Drogas e/ou Álcool de Jacarezinho.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6994/78, que trata das normas para declaração de utilidade pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/97, que visa aprovar abertura de crédito suplemen-

tar no valor de R\$ 6.891.315,00, ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando atender despesas de capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 103, de 23/06/97 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 297/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.891.315,00 ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando atender despesas correntes e despesas de capital.

Servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no exercício de 1991, alterando assim o Demonstrativo da Receita.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 297/97

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através de Mensagem Governamental nº 35/97, tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.891.315,00 (seis milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e quinze reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Ponta Grossa, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996.

Tal propositura já foi analisada e discutida pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, verificou que a pretendida medida legal visa atender despesas correntes de capital. Esclarecemos também, que os recursos para cobertura da referida programação, são decorrentes de superávit financeiro apurado no exercício de 1996.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero apenas, neste momento, render as minhas congratulações ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, por ter desenvolvido as conversações necessárias com os dirigentes das Universidades estaduais, permitindo, a partir disso, que esse projeto pudesse ser votado hoje na Sessão, e certamente também, na sessão Extraordinária, que haverá de acontecer, para deliberarmos sobre este crédito suplementar de praticamente 7 milhões à Universidade Estadual de Londrina e Ponta Grossa. É uma reivindicação já de alguns meses dessas universidades, que precisam desses recursos para fazer frente às suas necessidades.

E para este assunto, diversas vezes fomos contatados pelos dirigentes da Universidade Estadual de Londrina, no sentido de que também déssemos apoio da nossa bancada dos Deputados do PMDB, para que este crédito de suplementação pudesse ser aprovado.

A nossa parte procuramos fazer, pedindo a inclusão na Ordem do Dia, e conversando com o Líder Valdir Rossoni, como disse, desenvolveu as gestões necessárias, e hoje, o projeto está sendo votado por todos nós.

Era a consideração que queríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Em votação o projeto.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Fraternal Anjo da Guarda, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 304/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Curitiba, quarta, em 13.08.97

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Fraternal Anjo da Guarda, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade, que pretendemos declarar de utilidade pública, através da presente proposição, foi fundada em 24 de novembro de 1994. A Associação Fraternal Anjo da Guarda tem por finalidade atender crianças de até 6 anos de idade, em regime de creche, preparando-as física, mental e moralmente para uma vida em comunidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do projeto de lei em tela.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 304/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Fraternal Anjo da Guarda, com sede e foro no Município de Maringá.

Analizando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6994/78, que trata das normas para declaração de utilidade pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teixeira Soares, com sede e foro no Município de Teixeira Soares. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 113, de 04/08/97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 318/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teixeira Soares, com sede e foro no Município de Teixeira Soares.

Analizando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental,

e de acordo com a Lei nº 6994/78, que trata das normas para declaração de utilidade pública, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Lar Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 113, de 04/08/97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 323/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública o Lar Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Maringá.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6994/78, que trata das normas para declaração de utilidade pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Assistencial Recreativa de Aposentados da Vila Esperança, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 113, de 04.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 324/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural Assistencial Recreativa de Aposentados da Vila Esperança, de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, e por estar de acordo com a Lei

6994/78, que dá normas para declaração de utilidade pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1822, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. SÉRGIO SPADA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou pretendendo, através desse requerimento, obter o apoio, a solidariedade da Casa, para encaminharmos esse expediente ao Secretário de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, para que aquela Pasta providencie, o mais rápido possível, a tramitação de um processo que está tramitando ao longo do tempo, visando a implantação do curso de Engenharia Elétrica na Universidade do Oeste do Estado do Paraná, no campus de Foz do Iguaçu.

Está mais do que provado que este curso é viável, mais do que viável, extremamente necessário, de que o nosso campus, em conjunto com a Itaipu Binacional, tem condições de fazer curso para formação de excelências na área de Engenharia Elétrica, inclusive, para fornecimento de mão de obra para todo o Brasil. No entanto, não obstante, a necessidade e urgência, a informação que temos de professores, alunos, diretores da UNIOESTE, a própria Secretaria de Ciência e Tecnologia em Ensino Superior, está adotando as medidas protelatórias, com o intuito muito claro de não criar esse curso, esse ano, e não fazer o vestibular no início do ano que vem.

É uma coisa lógica, para se fazer o vestibular em janeiro, fevereiro do ano que vem, tem-se que acelerar o processo de criação do curso, porque tem uma tramitação toda a ser cumprida, inclusive, o próximo passo, saindo o processo da Secretaria de Ciência e Tecnologia, passar pelo Conselho Estadual de Educação, onde teremos que convencer os conselheiros da necessidade desse curso. Isto tudo feito, tem que abrir-se concurso para contratação de professores da área, e assim por diante.

Se não for criado imediatamente, ou a Secretaria não fizer o processo tramitar dentro da Secretaria, rapida-

mente esse processo, temos aí 30 dias no máximo, certamente não teremos no ano que vem o vestibular do curso de Engenharia Elétrica.

E é uma pena, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque esse curso foi prometido e foi aprovada a criação junto com o curso de Odontologia, de Medicina, que já estão em pleno funcionamento, já há algum tempo na Universidade do Oeste do Estado do Paraná, no campus de Cascavel, e outros cursos nas outras faculdades.

Então, peço o apoio da Casa, encareço ao nosso líder da Bancada do Governo, aos demais, a esta Presidência, o apoio, no sentido de que aprovemos definitivamente esse curso, e possamos fazer, no ano que vem, o vestibular de Engenharia Elétrica no campus de Foz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Está em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento nº 1819, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1823, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1824, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1825 a 1831, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1832 e 1834, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1835, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1839, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constan-

te do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1836, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, com apoio do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente Luiz Claudio Romaneli, apenas para comunicar a Vossa Excelência, para comunicar à Casa, que há poucos instantes também a Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República, aprovou na íntegra o relatório da CPI dos precatórios do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Muito bem, a Mesa registra essa manifestação oportuna de Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 001/97.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169, 313 e 321/97.

E marca ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 14, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 431 e 467/96, 140, 169, 170, 270, 304, 313, 318, 321, 323 e 324/97.

Levanta-se a sessão.